



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos sete dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, no Cine Teatro de Almeirim pelas vinte e uma horas e oito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão extraordinária, com o objetivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Ordem de Trabalhos-----

(Alínea C, número um do artigo vinte e nove da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro)

UM – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA RECRUTAMENTO DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE TERCEIRO GRAU, NA ÁREA DO TRÂNSITO E AMBIENTE. -----

DOIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO PELO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E VINTE DE DOZE DE AGOSTO, PARA O DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, A PARTIR DE UM OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS; -----

TRÊS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO RELATIVO À “ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ALMEIRIM”; -----

QUATRO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DA SUMOL+COMPAL MARCAS, S.A., EM ALMEIRIM; -----

CINCO – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; -----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo senhor presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: na mesa; Eurico Manuel Lopes Henriques, (presidente da mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (segundo secretário da mesa da Assembleia Municipal); Gustavo Gaudêncio da Costa; Helena Maria Martinho Lopes Cláudio; José David Ventura Gouveia; Vasco Miguel Fortunato Carvalho; Sónia Isabel Campos da Silva Colaço; Mariana da Silva Salgado; Vanessa Filipa Azinheira Cláudio



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Duarte; Carlos Alberto Vieira de Frias Oliva; Cláudia Raquel Landeiro Raposo Pina Nunes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Joana Nunes Carvalho; Eduardo Fernando Rodrigues A. A. de Oliveira; Carla Marina de Sousa de Jesus Silva; Nuno Miguel da Silva Pinhão Dâmaso Fazenda; Alfredo da Silva Trindade; Flávio Fernando Rodrigues Areias; Paulo José Casimiro Duarte; Sofia Lourenço Ferreira; Joaquim Manuel de Deus Catalão (Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim); João Manuel Fulgêncio Pisco Apolinário (Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim); Cândida Isabel Conceição Lopes (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo); Cristina Maria Leandro Pereira Casimiro (Presidente de Junta de Freguesia da Raposa); do Executivo Municipal o Senhor Pedro Miguel César Ribeiro (Presidente da Câmara Municipal); Paulo Vladimiro Santana Caetano (vice-presidente); Maria Emília Moreira (vereadora); Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues (vereador); Ana Sofia da Fonseca Casebre (vereadora); António Joaquim Borrego Maximiano (vereador) e Beatriz de Almeida Silva Apolinário (vereadora). -----

----- Registo de faltas na presente sessão: Senhor Deputado Municipal, Fernando Manuel Figueiredo Cardoso. -----

----- Sendo vinte e uma horas e oito minutos, declarou o senhor presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão extraordinária de março de dois mil e vinte e dois. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Boa noite a todo o executivo municipal, deputados municipais e público presente. -----

Verifico que existe quórum na sessão de março da Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão extraordinária de março de dois mil e vinte e dois. -----

Para que pudessem proceder à leitura de uma Moção, elaborada hoje pela Mesa, solicitei ao funcionário de apoio à Assembleia para que procedesse à distribuição da mesma, nos termos do número dois do artigo trinta e três do regimento da Assembleia Municipal de Almeirim. -----

Antes de dar início aos trabalhos de hoje, gostava de propor uma alteração à Ordem do Dia, para incluir a referida Moção relativa aos acontecimentos na Ucrânia. -----

Passando a Ordem de Trabalhos de hoje a ter mais um ponto. Ou seja, seis pontos, sendo o primeiro ponto, a Moção relativa aos acontecimentos na Ucrânia. -----

Assim, vou colocar à votação a alteração da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação da alteração da Ordem de Trabalhos para inclusão de mais um ponto – Moção sobre os acontecimentos na Ucrânia – APROVADO POR MAIORIA**, com vinte e três votos a favor. Dezanove do grupo do PS, dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP) e dois do Chega. Dois votos contra do grupo da CDU. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existem declarações de voto? -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. -----

Parece que iniciamos os trabalhos desta sessão extraordinária menos bem. O nosso pedido de inscrição para intervir antes da votação para alteração da Ordem do Trabalhos, era para permitir que o Grupo da CDU consultasse a Moção que está na origem do pedido de alteração da Ordem de Trabalhos. -----

Lamentavelmente esta Declaração de Voto contém uma pergunta, que naturalmente não terá resposta. -----

O nosso Voto Contra, fundamentasse na postura que a Mesa da Assembleia adotou, ao não permitir uma intervenção do Grupo da CDU, antes da votação da proposta de alteração da Ordem de trabalhos, para a inclusão de mais um ponto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O esclarecimento que posso prestar a este Órgão é o seguinte; a alteração que se verificou, foi motivada por questões de agenda inadiáveis, que surgiram nesse período. Na altura que fizemos a reunião da Comissão de representantes, a Mesa não se tinha debruçado sobre este assunto da Ucrânia. Mais tarde a Mesa entendeu que devia tomar uma posição sobre o conflito na Ucrânia. Julgo que esta explicação é suficientemente esclarecedora das razões pela qual a Mesa apresenta a Moção e o pedido de alteração da ordem de Trabalhos. -----

Não existindo mais declarações de voto, passamos à apresentação da Moção. -----

-----MOÇÃO-----

----- *Invasão militar na Ucrânia* -----

Todos nós vivemos hoje um tempo que esperávamos que fosse de recuperação de uma Pandemia que atingiu toda a população deste planeta azul, que habitamos. E porque o nosso planeta é redondo, esperávamos que todos os caminhos acabassem por ir dar “a Roma”, o que podemos interpretar como um sentido de unidade e de relações globais de cariz humanitário e propiciador da Paz, como eterna busca da harmonia. -----

No entanto, e escrevo estas linhas com um profundo pesar, não é este o entendimento de determinadas nações: -----

A Federação Russa e o seu satélite, a República da Bielorrússia. -----

Invocando razões de segurança do seu país e sem qualquer razão demonstrativa de tal, as forças armadas da Federação Russa invadiram o território da República da Ucrânia.

Decerto que não podemos deixar de ter presente os motivos que conduziram Adolfo Hitler, bem como a sua justificação expansionista: *o lebensraum* – espaço vital. -----

Neste inverno assistimos primeiro à concentração de forças militares superiores a cento



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

e vinte mil homens, perfeitamente equipados, junto das fronteiras ucranianas. Todas as conversações e reuniões não conduziram a nenhuma atitude de concórdia e de primazia do diálogo e da justa convivência entre os países. -----

De seguida assistimos à invasão militar da Ucrânia, acompanhada de misseis lançados contra este país, em constantes bombardeamentos de zonas militares e urbanas das várias cidades. Acrescentem-se as unidades hospitalares e escolas. Não há a escolha de alvos, o que interessa para os agressores é destruir o inimigo. -----

As populações destes espaços, homens, mulheres e crianças, procuram a segurança iniciando uma dramática fuga em busca de proteção e de Paz. -----

Esta Assembleia Municipal de Almeirim não pode nem deve ficar indiferente ao que estamos a assistir: o esmagamento das liberdades e da independência de um País. Nós, portugueses temos bem a experiência do que é ser invadido e resistir. -----

Assim proponho a esta Assembleia a aprovação desta Moção e de um Voto de Repúdio pela violação das regras do Direito Internacional, dos pressupostos que estão na base da Carta das Nações Unidas, e dos mais elementares direitos humanos, bem como um Voto de Solidariedade para com a República da Ucrânia e à Resistência Heroica do seu Governo, dos seus militares e dos seus cidadãos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições sobre a Moção. -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. -----

A nossa intervenção é para falar deste ponto, ou assunto, uma vez que ele foi introduzido como ponto da Ordem de Trabalhos. Pretendemos fazer uma reflexão deste ponto, assim como em todos os outros que entendermos. -----

Antes de prosseguir, esclarecer que as declarações de voto vinculam apenas quem a faz, não estando sujeitas a comentários ou observações. -----

Relativamente ao ponto um da Ordem de Trabalhos, a CDU entende que apenas existem um caminho para a PAZ, que deve ser feito de diálogo e respeito entre os povos e as nações. Nesse sentido, as decisões que Portugal deve tomar de apoio a qualquer povo que estava em conflito, como é óbvio a CDU apoia e vota favoravelmente. A CDU não é contra a Guerra, somos a favor da PAZ. -----

Relativamente a esta Moção, e apesar de discordarmos de alguns considerandos que este ponto contém no seu enquadramento, somos a favor do direito à liberdade e à vida. Por estas razões o Grupo da CDU irá votar favoravelmente esta Moção. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. -----

Esta Moção explica-se como resultado da iniciativa de um Politico, Presidente da Federação Russa, que ordenou a mobilização do exército do seu país para invadir um



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estado que é a Ucrânia. Justificando a sua ação por considerar a NATO uma ameaça estratégica à Rússia. -----

A Moção pretende manifestar e apoiar o Povo, o Governo e os militares Ucrânios, pela sua resiliência e coragem em defenderem a Liberdade, no seu país, onde todos os dias nos chegam relatos dos mais hediondos crimes cometidos contra as populações civis indefesas. -----

NUNO FAZENDA (Coligação Preparar o Futuro - PPD/PSD.CDS-PP) »» Boa noite. ----

A nossa intervenção é para manifestar o nosso apoio à Moção apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais intervenções, passamos agora à votação da Moção. -----

----- * **Votação da Moção - Invasão militar na Ucrânia – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA**, com vinte e cinco votos a favor. Dezanove do grupo do PS, dois do grupo da CDU, dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP) e dois do Chega. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto, passamos ao ponto dois da Ordem de Trabalhos. -----

DOIS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO PELO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E VINTE DE DOZE DE AGOSTO, PARA O DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, A PARTIR DE UM OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

JOANA NUNES CARVALHO (Grupo da CDU) »» A CDU compreende a necessidade do concurso em causa, no entanto é solicitado aos eleitos nesta Assembleia Municipal que designem o Júri do concurso, sob proposta da Câmara. Ou seja, é-nos pedido que indiquemos os representantes do Júri, mas apenas conhecemos os seus nomes, os respetivos cargos e onde exercem funções. -----

A proposta remetida pelo Executivo de maioria PS poderia ser mais informativa se contivesse os Curriculum profissionais, pois nada sabemos das suas formações nem de há quanto tempo exercem funções de chefia. Consideramos que por uma questão de prestação de informação mais clara, a autarquia podia providenciar, junto com a proposta os CV dos elementos do júri. Assim, já podíamos apreciar e designar a composição do júri de acordo com o concurso que irá decorrer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Para este júri, são todas as pessoas de chefia intermédias que possuem os conhecimentos técnicos necessários, uma vez que exercem funções noutras autarquias em resultado das suas habilitações. Sobre a observação, iremos tomar nota. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos. -----

----- * **Votação do ponto dois da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA a designação do júri para recrutamento de cargo de direção intermédia de terceiro grau, na área do Trânsito e Ambiente, com vinte e cinco votos a favor, dezanove do Grupo do PS, dois do Grupo da CDU, dois do Grupo do Chega e duas da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existem declarações de voto? -----
Não havendo declarações de voto, passamos ao ponto seguinte. -----

TRÊS – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ASSUNÇÃO PELO MUNICÍPIO DE ALMEIRIM DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E VINTE DE DOZE DE AGOSTO, PARA O DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, A PARTIR DE UM OUTUBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

JOANA NUNES CARVALHO (Grupo da CDU) »» Continua a avançar a transferência de competências do poder central para as autarquias, pacote que tem vindo a ser servido em retalhos, sempre com os mesmos objetivos de transferir encargos, sacudindo para cima do poder local a insatisfação das populações, transferindo encargos, subfinanciamento e sub investimento. É conhecida a posição que a CDU tem vindo a assumir nestes processos. -----

Acresce, que, apenas são transferidas competências de mera execução. O que coloca as autarquias numa situação semelhante à de extensões dos órgãos do Poder Central e multiplica as situações de tutela, contribuindo para corroer a autonomia do Poder Local. Agora será a vez da ação social, após a saúde e a educação, todas essenciais para a qualidade de vida das populações. Também, as que tem dado maiores dores de cabeça ao governo central. São setores onde o corte de verbas é revoltante, e, em consequência, mais contestado. -----

A Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais em matéria de ação social, enumera essas transferências, são no essencial aquelas que constam da proposta apresentada a esta Assembleia. Constituem um alargado leque de apoios à população mais carenciada e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

não só, que vão desde o ensino pré-escolar ao conforto habitacional para pessoas idosas, passando pelos contratos de inserção dos beneficiários RSI. Será muito exigente para as autarquias a assunção destas responsabilidades. -----

Devido à complexidade do processo, o governo prorrogou o prazo para as autarquias o assumirem, até um de janeiro de dois mil e vinte e três. Vem o executivo propor fazê-lo a partir de um de outubro deste ano. Pensamos que o devia apenas fazer no limite do prazo, os tempos não estão fáceis e a ação social tem tido e vai continuar a ter um papel essencial a desempenhar e, nesta época, ainda imprevisível. -----

Será que o executivo municipal já possui ideias claras sobre as verbas a disponibilizar para assumir estas competências, assim como os meios que vai necessitar para as por em prática? Temos muitas dúvidas, daí a nossa posição na votação deste ponto. -----

NUNO FAZENDA (Coligação Preparar o Futuro - PPD/PSD.CDS-PP) »» A nossa pergunta vai no mesmo sentido que a da intervenção anterior. -----

Desde do ano passado a autarquia de Almeirim sempre assumiu a não assunção de uma serie de transferências do Estado. Esta em concreto, também foi uma que a autarquia manifestou declinar a sua transferência. A minha pergunta é no sentido de perceber a razão pela qual é nesta altura? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Para que possa esclarecer as questões apresentadas, dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» À semelhança de todos os meus colegas do país, estávamos a prepara a receção destas competências com inicio a um de abril. Em função disso, tomamos um conjunto de providências, no sentido de internalizar as competências. Porém, no final do ano, ficou decidido que podia haver este alargamento de prazo. Nessa altura, já nós tínhamos decidido. Pelo que a esta data, pouco mais havia a fazer, senão continuar. -----

Finalmente, sobre o que a Câmara vai ou não fazer, é um assunto que está estipulado e regulado no diploma. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais inscrições, vamos proceder à votação, que como informei anteriormente, será por minuta. -----

----- * **Votação do ponto três da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a assunção pelo Município de Almeirim do exercício das competências previstas no Decreto-lei cinquenta e cinco barra dois mil e vinte de doze de agosto, para o domínio da Ação Social, a partir de um outubro de dois mil e vinte e dois, com vinte e três votos a favor, dezanove do Grupo do PS, dois do Grupo do Chega e dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP. Duas abstenções do Grupo da CDU. –



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo declarações de voto, passamos ao ponto número quatro. -----

QUATRO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO PLANO RELATIVO À “ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE ALMEIRIM”; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

GUSTAVO COSTA (Grupo do PS) »» Boa noite a todos. -----

Este documento que contém a estratégia para a habitação local em Almeirim e define as prioridades em matéria de habitação no Concelho, projeta as soluções para o futuro da habitação local a desenvolver futuramente pelo município de Almeirim. -----

Uma estratégia para devolver aos candidatos e munícipes uma habitação digna com qualidade. -----

Concordamos inteiramente com este documento, pelo que o Grupo do PS irá votar favoravelmente. -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. -----

O Grupo da CDU começa por referir que consideramos de extrema importância o direito à Habitação, que deve garantir aos cidadãos e às suas famílias uma residência que satisfaça as suas necessidades e assegure o seu bem-estar, privacidade e qualidade de vida. Defendemos a criação de um parque habitacional de arrendamento nos regimes de renda livre, de renda condicionada e de renda apoiada, o que só será possível com forte investimento público e a criação de parcerias para a produção de habitação não lucrativa ou não mercantilizada. Ou seja, é através da aplicação da Lei de Bases da Habitação, aprovada em cinco de Julho de dois mil e dezanove, das competências que o Estado tem nesta matéria e na prioridade de investimentos dirigidos para soluções que respondam às famílias de baixos recursos mas também às de médios rendimentos. -----

Relativamente ao documento em análise temos várias considerações a fazer e algumas questões também, sendo que no global pensamos ser importante a sua existência, apesar de considerarmos que o trabalho apresentado poderia muito bem ter sido realizado por técnicos da autarquia. Como não foi, gostaríamos de saber quanto custou mandar fazer este estudo, que para versão final de um documento estratégico apresenta algumas falhas que deviam ser corrigidas. -----

Apontamos, desde já, que no primeiro capítulo a digitalização do documento fez com que a informação do “Enquadramento territorial e urbano” passasse para o capítulo seguinte, dando a ideia que nada havia a dizer nesta parte. O capítulo cinco aparece duas vezes assinalado e por isso todos os restantes ficaram mal numerados. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre o conteúdo apresentado e os dados do INE analisados, mais especificamente sobre a evolução demográfica no concelho, fazemos um acrescento de informação, pois a perda de população nas freguesias da Raposa e Benfica do Ribatejo já acontece desde a década de sessenta (censos de mil novecentos e sessenta). Verifica-se uma perda de quarenta e sete vírgula cinco por cento na Raposa desde mil novecentos e sessenta até dois mil e vinte e um, e em Benfica do Ribatejo a perda é na ordem de catorze no mesmo período de tempo. Ou seja, a perda de população residente nestas freguesias tem sido uma constante o que nos preocupa. -----

Dos diversos números avançados no “retrato integrado da dinâmica do território” (capítulo três) preocupa-nos a quebra de construção de habitação nos últimos dezassete anos, e apesar de se referir que em Almeirim há um “mercado de arrendamento relativamente dinâmico e com potencial de crescimento”, ficamos apreensivos quando verificamos que os valores medianos para as rendas mensais de um T2 são superiores à taxa de esforço para a habitação, tendo em conta o ganho médio mensal indicado no documento. -----

Ou seja, parece-nos que muitas famílias estarão a fazer esforços superiores aos seus orçamentos para garantirem um teto, uma casa, para terem acesso a um direito que está consagrado na Constituição da República Portuguesa, que é o Direito à Habitação. No capítulo quatro identificam-se as “carências habitacionais” e a CDU gostaria de saber dos cento e trinta e três agregados identificados como elegíveis para acederem ao Programa Primeiro Direito, e que correspondem a trezentos e setenta e seis pessoas, quantas são crianças até aos doze anos? Quantas têm idade entre os doze e dezoito anos? E ainda quantas destas pessoas têm idade superior a sessenta e cinco anos? -----

Ficamos a saber que existem cinquenta e oito agregados que residem em habitação social municipal, cinquenta vivem em Almeirim, seis em Benfica do Ribatejo e dois em Fazendas de Almeirim. Para fazer face às condições de insalubridade e insegurança identificadas nestas habitações, e de acordo com a programação que se encontra no capítulo seis (volto a recordar que deve ser renumerado) a Câmara prevê um investimento de um milhão cento e sessenta mil euros em reabilitação. Estas reabilitações serão para iniciar já em dois mil e vinte e dois em Almeirim e Fazendas, mas em Benfica só arrancam em dois mil e vinte e três. Porquê este desfasamento de um ano? Que motivos levam a atrasar as obras de reabilitação para os agregados que vivem em Benfica do Ribatejo? -----

Os restantes setenta e cinco agregados que são elegíveis para participar neste programa de apoios e que os serviços foram identificando ao longo do tempo, também



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

apresentam situações de habitabilidade precárias, de sobrelotação e insalubridade. No entanto é dito na página trinta e dois que existem quarenta e um agregados que pediram ajuda para melhorarem as suas condições de habitação e que “estes privados (...) encontram-se em situação de carência financeira/económica” e por isso podem aceder aos apoios do Programa Primeiro Direito. Mas o que é certo, é que no capítulo seis na página trinta e nove, já são referidos “trinta e seis agregados que correspondem a beneficiários diretos” para acederem a apoios para melhorarem as suas habitações próprias. E se virmos na página quarenta e quatro, no resumo que nos apresentam já só são trinta e quatro agregados. Pelo que perguntamos, Senhor Presidente quantos são afinal os agregados que podem recorrer aos apoios do denominado Programa Primeiro Direito? -----

Para novas habitações públicas, a autarquia prevê a construir setenta e cinco fogos até dois mil e vinte e quatro, com um custo total de nove milhões novecentos e sessenta e sete mil trezentos e cinquenta euros. Pretende começar já este ano na Tapada e em Fazendas de Almeirim. Gostaríamos de saber se tem já locais para tal? -----

Em relação aos investimentos previstos também gostaríamos de saber quais as fontes de financiamento? -----

Para terminar acrescentamos que um documento desta natureza e importância merecia um verdadeiro processo de auscultação às populações. Para além da única reunião que o CLAS teve direito deviam ter sido ouvidas mais entidades. Deviam ter sido ouvidos os eleitos nas Assembleias de Freguesias e na Assembleia Municipal. Como não fomos, e tendo em conta que pretendemos acompanhar a evolução e execução desta Estratégia Local de Habitação, propomos que a mesma seja também acompanhada nas Assembleias de Freguesia do concelho de Almeirim, pois os problemas de habitação são transversais. -----

NUNO FAZENDA (Coligação Preparar o Futuro - PPD/PSD.CDS-PP) »» O nosso Grupo considera que este Plano Estratégico é de plena importância. -----

Na nossa opinião, este Plano, será apenas um esboço do que será futuramente o plano final. Olhando para os dados e para as premissas iniciais, que nos conduzem às opiniões do município, muitas delas não nos surpreendem, e é sobre elas que gostaríamos de fazer a nossa reflexão. -----

No fundo, nos últimos vinte anos a população do Concelho de Almeirim manteve-se constante, sem grandes oscilações de diminuição ou crescimento. -----

Sabemos que vão haver investimentos de entidades externas que podem vir a criar novos empregos, pelo que é necessário acreditar que os dados recolhidos, neste caso o histórico não se extrapole para o futuro, sendo que este seja mais ambicioso e mais



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

motivador para que haja um aumento da procura. Sendo certo, como refere o documento e bem, os preços das habitações no nosso Concelho estão abaixo do preço da habitação nos concelhos vizinhos. -----

Existe aqui a possibilidade de criar setenta e cinco fogos habitacionais até dois mil e vinte e seis, o que implica um valor de investimento a rodar os onze milhões de euros. Chegado aqui, perguntava, com esta perspetiva de investimento qual será o valor do contributo da autarquia? Será em valor ou em disponibilização de terrenos? -----

Será que estes investimentos em terrenos que se identifica e que já existem alguns, nomeadamente da localidade da Tapada, Fazendas de Almeirim e no Bairro São João Batista em Almeirim são o contributo para os custos controlados? Em resumo, o que pretendemos saber, é se existe alguma expectativa, baseada em estudos do passado? Ou é apenas com base em potenciais famílias que pretendam vir para o Concelho? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. --

PRESIDENTE DA CÂMARA »» O objetivo deste plano para a habitação é recorrer ao PRR. Sem este programa, não seria possível em Almeirim, nos próximos tempos, fazer um investimento nesta escala. -----

Neste momento, temos alguns projetos em elaboração, nomeadamente da Tapada, onde os terrenos são da autarquia, o mesmo acontece no Bairro São João Baptista, onde existem terrenos que são Câmara. Logo que seja possível, e existam os apoios, termos os projetos terminados, para que se possa lançar concursos à semelhança que fazemos para outras construções. -----

Neste momento em que os projetos estão em execução, a estimativa por metro quadrado de construção ronda os mil euros. -----

Sobre o crescimento do Concelho de Almeirim, o único na nossa área que subiu foi o de Benavente pelas razões que conhecemos de proximidade com a capita. Todos os outros, nomeadamente os da CIMLT, perderam população, o mesmo aconteceu no médio Tejo, com a exceção do Entroncamento. Ou seja, nós perdemos população, o interior perdeu população e o país perdeu população. É demagógico dizer que nós perdemos população, porque na globalidade todos perderam população, com as devidas exceções. -----

O que apresentamos é um documento generalista para a habitação no Concelho, com o objetivo de criar condições para se iniciar a construção de habitação no concelho a custos controlados, para que seja possível a fixação de famílias jovens e outras. -----

Para terminar, dizer apenas que sem este plano estratégico, não seria possível aceder ao Plano de Recuperação e Resiliência. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais inscrições, passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto quatro da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, o Plano relativo à “Estratégia Local de Habitação de Almeirim, com vinte e três votos a favor, dezanove do Grupo do PS, dois do Grupo do Chega e dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP. Duas abstenções do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Existem declarações de voto? Não havendo, passamos ao ponto seguinte. -----

CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL AO PROJETO DE INSTALAÇÃO DA CENTRAL SOLAR FOTOVOLTAICA DA SUMOL+COMPAL MARCAS, S.A., EM ALMEIRIM; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos novamente. -----
A CDU não é contra a descarbonização nem à implantação de soluções verdadeiramente ecológicas que reduzam a pegada de carbono e protejam o ambiente. Ou seja, a instalação de painéis fotovoltaicos é algo que aceitamos, que vemos com bons olhos, principalmente quando dizem respeito a situações de produtor/consumidor diretos. -----

No entanto há várias variáveis que têm de ser tidas em conta, é preciso ver os prós e contras de cada projeto e procurar as melhores respostas, tanto a nível técnico (que já existem bastantes) como económico, social e ambiental. Não basta dizer que algo é “verde” quando a sua existência tem mais prejuízos que benefícios para o ambiente e para as pessoas. -----

Neste caso em concreto não podemos deixar de assinalar que estamos perante uma área classificada no PDM como “Zona Verde Proposta” e que isso interdita construções. É referido que a CCDRLVT deu um parecer desfavorável à localização do projeto, precisamente por esta razão, mas não temos acesso ao mesmo. Será que foi apenas isto que referiram? Não sabemos! Apenas nos remeteram o parecer favorável da DRAP! É lamentável como as propostas são elaboradas e enviadas para esta Assembleia Municipal se pronunciar, quando não estão todos os documentos. -----

Apesar dos terrenos onde se pretende colocar os painéis não estarem em zona classificada de RAN, não deixam de ser solos com potencialidades para fins agrícolas ou florestais, o que deve ser tido em conta. Para mais quando se sabe que a perda de solo é um problema grave ambiental a nível mundial, pelo que deve ser protegido de usos indevidos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Também nos preocupa o futuro com a passagem da circular urbana não muito longe daquela localização. -----

Mas para não pensarem que estamos contra as instalações fotovoltaicas, até fazemos a “publicidade” de um outro projeto semelhante, aqui no distrito de Santarém, no concelho de Coruche do Grupo Amorim. Não que a empresa em causa precise de “publicidade” mas para que se saiba que há alternativas e que a autarquia ao reunir com esta empresa devia ter questionado porque razão não optavam por colocar nas coberturas das suas instalações fabris os ditos painéis. -----

O SUMOL+COMPAL com este projeto que apresenta na autarquia, propõe reduzir em termos de CO2 trezentas e vinte e oito toneladas por ano. A Corticeira Amorim nas suas instalações em Coruche irá reduzir duas mil e seiscentas e noventa e duas toneladas ao ano. A SUMOL+COMPAL irá instalar mil oitocentos e cinquenta painéis, a Corticeira Amorim, na mesma localidade, Coruche, vai instalar sete mil quatrocentos e cinco painéis. -----

O investimento da SUMOL+COMPAL para dois anos, roda os zero virgula oito milhões de euros, ao passo que a Corticeira Amorim, estima investir em quatro ano mais de dez milhões de euros. -----

Finalmente, a SUMOL+COMPAL vai ocupar uma área de terreno de aproximadamente um hectare e meio, e a Corticeira, optou por instalar os painéis na cobertura da sua unidade fabril. -----

Posto isto, a CDU não está contra que a empresa avance com a instalação de painéis fotovoltaicos desde que os possa colocar nas coberturas dos pavilhões fabris, sem que ocorra a ocupação de solo que este projeto em concreto pretende. Por isso não podemos reconhecer este projeto como de interesse público municipal. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Existem intervenções e posições para as quais nunca vou encontrar um explicação satisfatória. -----

A CDU é contra as barragens, mas depois quer energia limpa, é contra o carvão, mas quer energia limpa, são contra um conjunto de investimentos, mas todos eles colidem com alguma coisa, mas mesmo assim, querem energia limpa. -----

A Senhora Deputada sabem tão bem como eu que a classificação dos setenta hectares da SUMOL+COMPAL foi mal atribuída. Num perímetro industrial, como é o da COMPAL, nunca esse espaço devia ter sido classificado como se encontra. -----

Neste momento, não existe forma de o classificar de maneira diferente, pelo que a única possibilidade é existir interesse público, de modo a possibilitar o investimento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não existindo mais inscrições, vamos proceder à votação, que como informei anteriormente, será por minuta. -----

----- * **Votação do ponto cinco da ordem de trabalhos** – APROVADO POR MAIORIA E MINUTA, a proposta de reconhecimento de interesse público municipal ao projeto de instalação da Central Solar Fotovoltaica da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., em Almeirim, com vinte e três votos a favor, dezanove do Grupo do PS, dois do Grupo do Chega e dois da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP. Dois votos contra do Grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar ao ponto número seis. -----

CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO; -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Estão abertas as inscrições. -----

SÓNIA COLAÇO (Grupo da CDU) »» As nossas observações são semelhantes às que fizemos no ponto um. Existem elementos do Conselho Municipal de Educação que conhecemos por via das suas funções em órgãos autárquicos, tendo inclusivamente votado no representante desta Assembleia Municipal nesse Conselho Municipal. A partir do momento que nos solicitam a designação de muitas outras pessoas, seria importante uma breve nota informativa acerca dos seus currículos profissionais, de modo a conhecermos melhor quem compõem o Conselho Municipal de Educação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à votação. -----

----- * **Votação do ponto seis da ordem de trabalhos** – APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA, a nomeação do Conselho Municipal de Educação, com vinte e cinco votos a favor, dezanove do Grupo do PS, dois do Grupo da CDU, dois do Grupo do Chega e duas da coligação Preparar o Futuro (PPD/PSD.CDS-PP. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo declarações de voto, e não havendo inscrições para intervenções no período do público, dou por encerrada esta sessão. ----
Desejo a todos uma boa noite. -----

Às vinte e duas horas e vinte e dez minutos, do dia sete de março de dois mil e vinte e dois, deu-se por encerrada a Sessão, lavrando-se para constar a presente ata, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,